



Boletim Trimestral de Concessões – 2.º Trimestre de 2016

UTAP

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	6
2. Factos relevantes.....	8
2.1 Setor Energético.....	8
2.1.1 Alterações regulatórias no setor elétrico e do gás natural.....	8
2.1.2 Alterações regulatórias no setor hídrico.....	9
3. Fluxos Financeiros no Setor Portuário	10
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros	10
3.2 Evolução dos fluxos financeiros	10
3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 2.º trimestre de 2016.....	10
3.2.2 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º semestre de 2016	15
4. Anexos	19

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias no 2.º trimestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto.....	6
Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto	7
Quadro 3 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga.....	11
Quadro 4 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga.....	11
Quadro 5 – Receitas da administração portuária por concessão no 2.º trimestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto	14
Quadro 6 – Receitas da administração portuária no 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto.....	15
Quadro 7 – Movimento de carga nas concessões portuárias no 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga.....	16
Quadro 8 – Receitas da administração portuária por concessão para o 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto	17
Quadro 9 – Identificação das concessões das Águas.....	19
Quadro 10 – Identificação das concessões dos Resíduos	19
Quadro 11 – Identificação das concessões no setor dos Portos	20
Quadro 12 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	21
Quadro 13 – Identificação das concessões para a Eletricidade	21
Quadro 14 – Identificação da concessão Hídrica.....	21
Quadro 15 – Identificação da concessão Aeroportuária.....	22
Quadro 16 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga.....	22
Quadro 17 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga.....	23
Quadro 18 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º semestre de 2016 e respetiva variação homóloga.....	24
Quadro 19 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º semestre de 2016 e respetiva variação homóloga	25

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por administração portuária no 2.º trimestre de 2016	12
Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2013 a 2016.....	18

Siglas

1T 2016	1.º Trimestre de 2016
1T 2015	1.º Trimestre de 2015
1S 2016	1.º Semestre de 2016
1S 2015	1.º Semestre de 2015
2T 2016	2.º Trimestre de 2016
2T 2015	2.º Trimestre de 2015
2016 P	Previsão para 2016
ADENE	Agência para a Energia
AdP, S.A.	Águas de Portugal, S.A.
AdP	Águas de Portugal
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DRE	Diário da República Eletrónico
EGF	Empresa Geral do Fomento, S.A.
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
Parpública	Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
PETI3+	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
REN	Rede Elétrica Nacional
REN SGPS	REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
RESP	Rede Elétrica de Serviço Público
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNGN	Sistema Nacional de Gás Natural
TML	Terminal Multipurpose de Lisboa
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Var. 2T2016/ 2T2015	(ou Δ 2016/2015) Variação ocorrida entre o segundo trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2015
Var. 1S2016/ 1S2015	Variação ocorrida entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2015

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com as concessões de diversos setores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, setor energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade.

Com efeito, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor; e
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões, relativo ao 2.º trimestre de 2016, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos setores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados setores.

No que concerne aos fluxos financeiros do setor público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao setor portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

No 2.º trimestre de 2016, as receitas auferidas pelas administrações portuárias relativamente aos terminais concessionados registaram um decréscimo, da ordem dos 2%, face ao período homólogo de 2015, ascendendo a 18,9 milhões de euros. Destaca-se, pela sua importância em termos de peso relativo no total das receitas portuárias (41%), o caso dos portos do Douro e Leixões, onde se assistiu a um acréscimo da receita portuária na ordem dos 5%, devido principalmente ao aumento de contentores movimentados no Terminal de Contentores de Leixões, no mesmo período.

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias no 2.º trimestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2016	2T2016	Peso no Total (2T)	2T2015	Δ 2T2016 / 2T2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões	7.144	7.848	41%	7.472	5%	26.925	56%
Sines	3.952	5.243	28%	5.283	-1%	20.140	46%
Lisboa	3.478	3.899	21%	4.701	-17%	14.919	49%
Setúbal	1.560	1.815	10%	1.717	6%	6.899	49%
Aveiro	112	142	1%	119	20%	469	54%
Total	16.247	18.947	100%	19.292	-2%	69.352	51%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

A evolução verificada no trimestre em apreço encontra-se, em termos globais, em linha com o decréscimo, de 1,2%, verificado, no mesmo período, ao nível do movimento de mercadorias (incluindo as contentorizadas) nos terminais concessionados dos portos objeto

de análise¹. Neste contexto, importa, contudo, referir que, embora a variação da carga movimentada tenha influência na evolução dos fluxos financeiros, não constitui o único fator explicativo desta última, destacando-se, a este respeito, o facto de, *por um lado*, parte dos fluxos financeiros respeitarem à componente fixa das rendas pagas pelas concessionárias (não dependente da carga movimentada), e, *por outro lado*, os valores reportados dizerem respeito a fluxos financeiros e não a valores faturados, podendo, portanto, referir-se a valores de faturação (e, por conseguinte, de cargas movimentadas) relativos a períodos anteriores.

Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Setor Portuário	1S2016	Peso no Total (1S2016)	1S2015	Δ 1S2016 / 1S2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões	14.992	43%	15.031	0%	26.925	56%
Sines	9.196	26%	9.120	1%	20.140	46%
Lisboa	7.378	21%	8.389	-12%	14.919	49%
Setúbal	3.375	10%	3.272	3%	6.899	49%
Aveiro	254	1%	238	7%	469	54%
Total	35.195	100%	36.050	-2%	69.352	51%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No primeiro semestre de 2016, os fluxos financeiros do setor portuário ascenderam a 35,2 milhões de euros, o que representa uma execução orçamental de 51% e uma redução, de 2%, face ao valor apurado no primeiro semestre de 2015. Na origem desta evolução, encontra-se a redução das receitas portuárias relativas ao porto de Lisboa, explicada, em grande parte, por uma variação homóloga negativa da carga total movimentada nos terminais concessionados, de 28%, em virtude, designadamente, do efeito das greves que se verificaram no referido porto.

¹ Tal como se apresenta no *Quadro 16* dos anexos deste boletim.

2. Factos relevantes

2.1 Setor Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no setor elétrico e do gás natural

Durante o 2.º trimestre de 2016 foi publicado um conjunto de diplomas legais e relatórios com incidência nas atividades reguladas dos setores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, que importa nomear:

- Diretiva n.º 9/2016² emitida pela ERSE, mediante a qual, a referida entidade reguladora aprova as tarifas transitórias de gás natural a vigorar de 1 de maio até 30 de junho de 2016;
- Diretiva n.º 11/2016³ emitida pela ERSE, mediante a qual, a referida entidade reguladora aprova os procedimentos previstos no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados do Setor Elétrico, de aplicação a Portugal Continental;
- Diretiva n.º 12/2016⁴ emitida pela ERSE, mediante a qual, a referida entidade reguladora aprova as tarifas sociais de eletricidade a vigorar de 1 julho a 31 de dezembro de 2016;
- Diretiva n.º 13/2016⁵ emitida pela ERSE, mediante a qual, a referida entidade reguladora aprova as tarifas e preços do gás natural para o ano gás 2016-2017 e dos parâmetros para o período de regulação 2016-2019;
- A ERSE aprovou a revisão dos regulamentos do setor do gás natural: Regulamento de Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações (RARII), Regulamento de Operação das Infraestruturas (ROI), Regulamento Tarifário (RT) e Regulamento de Relações Comerciais (RRC)⁶;
- Em maio de 2016, a ERSE publicou o Relatório da Qualidade de Serviço do Setor do Gás Natural 2014⁷;
- Em junho de 2016, a ERSE publicou um Relatório da Avaliação Técnica relativamente ao regime de atribuição de incentivos à garantia de potência no âmbito do sistema elétrico nacional⁸; e
- No dia 14 de junho de 2016, realizou-se um leilão conjunto trimestral de capacidade na interligação entre as redes de transporte elétricas de Espanha e Portugal, Red Eléctrica de España (REE) e a Rede Eléctrica Nacional (REN), respetivamente.

² Diretiva n.º 9/2016, de 26 de abril, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de maio de 2016.

³ Diretiva n.º 11/2016, de 1 de junho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho de 2016.

⁴ Diretiva n.º 12/2016, de 9 de junho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de junho de 2016.

⁵ Diretiva n.º 13/2016, de 15 de junho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 27 de junho de 2016.

⁶ Regulamentos n.º 435/2016, de 9 de maio, 417/2016, de 29 de abril, 415/2016, de 29 de abril, e 416/2016, de 29 de abril.

⁷ Relatório da Qualidade de Serviço do Setor do Gás Natural 2014, disponível no *website* da ERSE.

⁸ Relatório da Avaliação Técnica, disponível no *website* da ERSE.

2.1.2 Alterações regulatórias no setor hídrico

No dia 18 de Abril de 2016, o Ministério do Ambiente publicou o documento de revisão do Plano de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (“PNBEPH”)⁹.

De acordo com o apresentado no referido documento, o objetivo do Ministério do Ambiente foi criar uma visão integrada da utilização, renaturalização e proteção dos rios. Nessa medida, o referido documento está estruturado em 4 partes distintas:

- a) Reavaliação do PNBEPH, mediante a ponderação de critérios jurídicos/contratuais, financeiros, metas energéticas, descarbonização da economia e expectativas dos municípios envolvidos, tendo concluído pelo cancelamento dos Aproveitamentos Hidroelétricos (AH) de Girabolhos e do Alvito, pela suspensão do AH do Fridão pelo prazo de 3 anos e pela execução dos restantes AH (Foz Tua, Gouvães, Daivões e Alto Tâmega);
- b) Revisão dos mecanismos de fixação de caudais ecológicos, tendo sido assumido o compromisso de desenvolver todas as medidas necessárias, incluindo legislativas, para garantir que, em 2018, todos os dispositivos de lançamento de caudais ecológicos previstos estejam implementados nas barragens e a respetiva monitorização iniciada;
- c) Remoção de infraestruturas hidráulicas que se encontrassem obsoletas ou em que existissem outras razões designadamente ambientais, de segurança ou de reposição da conectividade fluvial que determinassem a sua remoção. Neste domínio, foram identificadas 11 infraestruturas hidráulicas que podem ser imediatamente removidas e mais um conjunto alargado que ainda terão de ser objeto de avaliação; e
- d) Reavaliação do plano das mini-hídricas, sobretudo tendo em conta que os impactes ambientais dos aproveitamentos mini-hídricos são geralmente mais significativos proporcionalmente à energia produzida.

⁹ Plano de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico disponível no *website* do Governo de Portugal – Ministério do Ambiente, em <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mamb/docs/20160418-mamb-pn-barragens.aspx>.

3. Fluxos Financeiros no Setor Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do setor público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que nos fluxos financeiros apresentados não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas autoridades portuárias, ainda que indiretamente relacionados com estas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 2.º trimestre de 2016

No 2.º trimestre de 2016, as receitas das administrações portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um decréscimo de 2% face ao trimestre homólogo de 2015, ascendendo a 18,9 milhões de euros. Esta evolução está em linha com a tendência negativa a que se assistiu no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados, nos portos de Lisboa, Aveiro e Douro e Leixões, face ao período homólogo anterior (conforme *Quadro 4* seguinte). A diferença entre a magnitude do decréscimo de receitas e da evolução negativa da movimentação de mercadorias pode ser explicada, seja porque os valores reportados de receitas se referem a fluxos financeiros e não a valores faturados (podendo, naturalmente, ocorrer uma diferença temporal entre o momento em que as receitas são faturadas – designadamente em função das cargas movimentadas – e o momento em que os respetivos fluxos financeiros ocorrem), seja, também, porque parte das receitas das administrações portuárias não se encontra indexada às cargas movimentadas nos respetivos portos (referindo-se a receitas com uma natureza fixa, com base no estabelecido contratualmente).

Quadro 3 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2016	2T2016	Peso no Total (2T)	2T2015	Δ 2T2016 / 2T2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões	7.144	7.848	41%	7.472	5%	26.925	56%
Sines	3.952	5.243	28%	5.283	-1%	20.140	46%
Lisboa	3.478	3.899	21%	4.701	-17%	14.919	49%
Setúbal	1.560	1.815	10%	1.717	6%	6.899	49%
Aveiro	112	142	1%	119	20%	469	54%
Total	16.247	18.947	100%	19.292	-2%	69.352	51%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 4 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário	1T2016	2T2016	Peso no Total (2T)	2T2015	Δ 2T2016 / 2T2015
Douro e Leixões	4.252.494	4.466.395	23%	4.673.866	-4%
Sines	11.021.379	12.279.998	62%	11.149.263	10%
Lisboa	2.302.166	1.355.630	7%	2.617.566	-48%
Setúbal	1.208.208	1.437.799	7%	1.314.686	9%
Aveiro	124.191	133.843	1%	160.757	-17%
Total	18.908.438	19.673.665	100%	19.916.137	-1%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se constata no *Quadro 3* anterior, para a evolução verificada nos fluxos financeiros reportados relativamente ao 2.º trimestre de 2016, face ao período homólogo, contribuiu o comportamento negativo das rendas recebidas pelas administrações dos portos de Lisboa e de Sines, destacando-se, sobretudo, o decréscimo registado no caso do porto de Lisboa – da ordem dos 17% –, que se ficou a dever, essencialmente, à quebra de 48% verificada ao nível das quantidades movimentadas nos terminais concessionados desse porto, face ao período homólogo. Para a redução da carga movimentada no porto de Lisboa contribuíram as greves ocorridas a partir de abril deste ano, cujos efeitos se começaram a sentir logo desde o momento em que as mesmas foram pré-anunciadas. Estas greves, cujo impacto é visível na informação disponibilizada nos quadros *supra*, tiveram fim no dia 28 de maio de 2016.

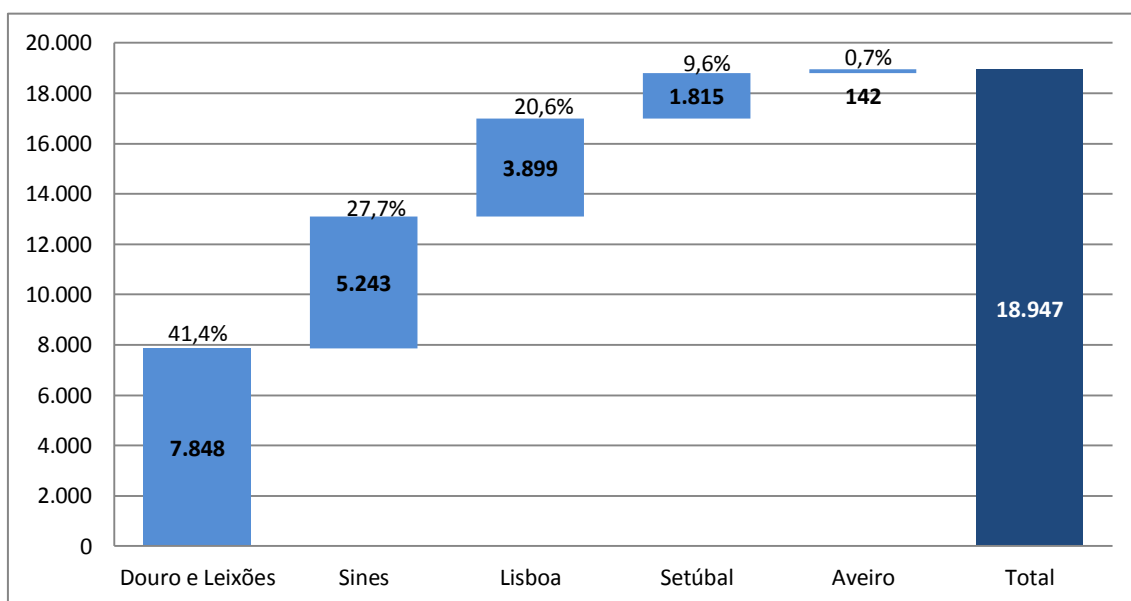
Os portos do Douro e Leixões, de Setúbal e de Aveiro constituem exceções à tendência global de decréscimo das receitas portuárias, registando-se, nestes casos, um aumento das rendas portuárias de cerca de 5%, 6% e 20%, respetivamente, face ao 2.º trimestre de 2015 (*cf.* melhor descrito *infra*).

No trimestre em análise, os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões mantiveram a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total

das rendas do setor portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 41,4% destas, seguindo-se em termos de ordem de importância os terminais portuários concessionados dos portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 27,7% e 20,6%, respetivamente (cfr. Gráfico 1 seguinte).

Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por administração portuária no 2.º trimestre de 2016

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se verifica no *Quadro 5* seguinte, o porto de Setúbal¹⁰ registou um aumento das receitas em comparação com o trimestre homólogo de 2015, sendo importante relevar que este aumento resulta do efeito conjugado **(i)** do aumento das receitas relativas ao Terminal Multiusos Zona 2 (Sadoport) – na ordem dos 8% –, decorrente, *por um lado*, da intensificação do volume de carga movimentada, principalmente contentores, e consequente aumento das rendas variáveis, e, *por outro lado*, do ligeiro aumento das rendas, resultante da atualização das tarifas variáveis e fixas (em 0,33%) aplicáveis ao ano de 2016; e **(ii)** do incremento das receitas relativas ao Terminal de Granéis Sólidos, na ordem dos 19%, resultante, sobretudo, da intensificação do movimento de mercadorias, na ordem dos 35%, verificado no 2º trimestre de 2016, comparativamente ao respetivo período homólogo anterior.

No caso do porto de Aveiro, apesar do decréscimo registado ao nível do movimento global de mercadorias (de 17%), e consequente diminuição das rendas relativas ao Terminal Sul de Aveiro, as receitas globais da respetiva administração portuária cresceram 20% face a igual

¹⁰ Salienta-se que, no caso deste porto, os fluxos financeiros têm por base o movimento de mercadorias dos terminais concessionados no trimestre imediatamente anterior àquele que se encontra em análise.

período de 2015. O aumento da receita no porto de Aveiro é assim explicado, apenas, pelo aumento das receitas relativas ao Serviço de Reboque, justificado, sobretudo, pela atualização da renda variável, com efeitos a 1 de janeiro de 2016, e pelo acerto da renda variável relativa ao exercício de 2015.

No que concerne aos portos do Douro e Leixões, o valor das rendas auferidas pela respetiva administração portuária, no trimestre em apreço, cresceu cerca de 5%, face ao registado no período homólogo anterior, por via, essencialmente, do acréscimo registado ao nível do movimento de carga contentorizada no Terminal de Contentores de Leixões (em cerca de 15%). Recorde-se que os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões apresentam uma posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do setor portuário, representando 41% das rendas totais no trimestre em apreço.

O porto de Sines registou, no trimestre em análise, e em termos homólogos, um ligeiro decréscimo das receitas portuárias (de cerca de 1%), explicado, em grande medida, pela redução do movimento de mercadorias no Terminal Multipurpose (em cerca de 35%). Por outro lado, destaca-se o acréscimo homólogo verificado no movimento global de mercadorias no Terminal de Contentores (Terminal XXI) e no Terminal de Granéis Líquidos, de 12% e 22%, respetivamente, o qual não se traduziu, contudo, num aumento das rendas portuárias pagas no trimestre em análise pelas respetivas concessionárias.

Por fim, no caso concreto do porto de Lisboa, e quando comparado o 2.º trimestre de 2016 com o período homólogo de 2015, verifica-se um decréscimo das receitas da respetiva administração portuária, na ordem dos 17%, consequência da redução registada ao nível das receitas portuárias em praticamente todos os terminais, mas com maior expressão no Terminal Multiusos do Beato, no Terminal de Contentores de Santa Apolónia, no Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria e no Terminal Multiusos do Poço do Bispo. O referido decréscimo encontra-se em linha com a evolução negativa, na ordem dos 48%, verificada no movimento de mercadorias nos terminais concessionados deste porto, em reflexo das greves que ocorreram entre abril e final de maio de 2016. Note-se que, em termos percentuais, o decréscimo de receitas da autoridade portuária é substancialmente inferior à redução da atividade de movimentação de mercadorias nos terminais concessionados, o que resulta, pelo menos em parte, do facto de a renda anualmente paga pelas concessionárias ser constituída, em regra, não só por pagamentos variáveis, mas também por pagamentos fixos.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas pelas administrações portuárias em cada um dos terminais concessionados.

Quadro 5 – Receitas da administração portuária por concessão no 2.º trimestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Setor Portuário	1T2016	2T2016	Peso no Total (2T)	2T2015	Δ 2T2016 / 2T2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões							
Terminal de Contentores de Leixões	4.384	5.043	27%	4.466	13%	15.785	60%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	1.013	994	5%	963	3%	3.687	54%
Silos de Leixões	49	52	0%	52	-1%	203	49%
Terminal Produtos Petrolíferos	1.492	1.535	8%	1.624	-6%	6.308	48%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0	0	0%	24	-100%	0	N/A
Terminal Expedição de Cimento a Granel	165	165	1%	165	0%	664	50%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	18	42	0%	32	30%	165	36%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0	0	0%	0	N.A.	27	0%
Exploração Turística-Hoteleira	0	0	0%	128	-100%	0	N/A
Exploração Restaurante e Bar	18	18	0%	18	0%	74	50%
Marina de Gaia	5	0	0%	0	N.A.	11	50%
Subtotal Douro e Leixões	7.144	7.848	41%	7.472	5%	26.925	56%
Aveiro							
Terminal Sul Aveiro	84	85	0%	91	-6%	356	48%
Serviço de Reboque Aveiro	28	57	0%	28	103%	113	75%
Subtotal Aveiro	112	142	1%	119	20%	469	54%
Lisboa							
Terminal de Contentores de Alcântara	585	443	2%	231	92%	2.668	39%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1.056	988	5%	1.585	-38%	6.476	32%
Terminal Multipurpose de Lisboa	708	1.606	8%	1.562	3%	1.648	140%
Terminal Multiusos do Beato	231	23	0%	349	-93%	971	26%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	173	172	1%	222	-22%	673	51%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	207	170	1%	251	-32%	799	47%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	215	189	1%	180	5%	692	58%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	193	190	1%	203	-6%	609	63%
Terminal do Barreiro	24	33	0%	33	0%	98	58%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	86	57	0%	78	-26%	252	57%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0	27	0%	9	200%	33	81%
Subtotal Lisboa	3.478	3.899	21%	4.701	-17%	14.919	49%
Setúbal							
Terminal Multiusos Zona 1	475	597	3%	595	0%	2.232	48%
Terminal Multiusos Zona 2	954	1.061	6%	984	8%	4.119	49%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	89	118	1%	100	19%	401	52%
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	42	39	0%	39	0%	147	55%
Subtotal Setúbal	1.560	1.815	10%	1.717	6%	6.899	49%
Sines							
Terminal Contentores de Sines XXI	387	1.762	9%	1.766	0%	6.125	35%
Terminal Multipurpose de Sines	1.178	1.077	6%	1.127	-4%	4.544	50%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	108	113	1%	105	7%	401	55%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	211	225	1%	219	2%	802	54%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	2.067	2.067	11%	2.067	0%	8.268	50%
Subtotal Sines	3.952	5.243	28%	5.283	-1%	20.140	46%
Total	16.247	18.947	100%	19.292	-2%	69.352	51%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

3.2.2 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º semestre de 2016

No primeiro semestre de 2016, as receitas acumuladas das administrações portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um decréscimo de cerca de 2% face ao mesmo período de 2015, ascendendo a 35,2 milhões de euros, e representando 51% do total orçamentado para o ano de 2016.

Para a referida redução homóloga das receitas foi determinante o decréscimo – de 12% – da receita relativa à administração portuária de Lisboa, resultante, em grande medida, do efeito das referidas greves ocorridas nesse porto, que se reconduziram numa diminuição acentuada do movimento global de mercadorias (de 28%) nos terminais concessionados, no período em análise.

Quadro 6 – Receitas da administração portuária no 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1S2016	Peso no Total (1S2016)	1S2015	Δ 1S2016 / 1S2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões	14.992	43%	15.031	0%	26.925	56%
Sines	9.196	26%	9.120	1%	20.140	46%
Lisboa	7.378	21%	8.389	-12%	14.919	49%
Setúbal	3.375	10%	3.272	3%	6.899	49%
Aveiro	254	1%	238	7%	469	54%
Total	35.195	100%	36.050	-2%	69.352	51%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

A referida redução semestral das receitas das administrações portuárias é contrária à tendência de crescimento (de 2%) a que se assistiu ao nível do movimento global de mercadorias nos terminais concessionados (*cf.* Quadro 7 seguinte), no 1.º semestre de 2016, o que, tal como referido *supra*, se poderá explicar, seja porque os valores reportados se referem a fluxos financeiros e não a valores faturados (podendo, naturalmente, ocorrer uma diferença temporal entre o momento em que as receitas são faturadas – designadamente em função das cargas movimentadas – e o momento em que os respetivos fluxos financeiros ocorrem), seja, também, porque parte das receitas das administrações portuárias não se encontra indexada às cargas movimentadas nos respetivos portos (referindo-se a receitas com uma natureza fixa, com base no estabelecido contratualmente).

Quadro 7 – Movimento de carga nas concessões portuárias no 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Setor Portuário	1S2016	Peso no Total (1S2016)	1S2015	Δ 1S2016 / 1S2015
Douro e Leixões	8.718.889	23%	9.114.666	-4%
Sines	23.301.377	60%	20.612.708	13%
Lisboa	3.657.796	9%	5.108.631	-28%
Setúbal	2.646.007	7%	2.466.656	7%
Aveiro	258.034	1%	342.384	-25%
Total	38.582.103	100%	37.645.045	2%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se constata a partir da análise do *Quadro 8* seguinte, também no porto do Douro e Leixões, o valor das rendas auferidas pela respetiva administração portuária, no 1.º semestre de 2016, registou uma tendência de decréscimo, tendo sido esta, contudo, de magnitude muito reduzida, ao contrário do verificado no porto de Lisboa. Importa notar que, em termos de carga total movimentada nos terminais concessionados deste porto, a evolução foi negativa, registando-se um decréscimo, de cerca de 4%, face aos valores do 1.º semestre de 2015.

No porto de Sines, apesar de as receitas portuárias terem registado, no semestre em análise, um crescimento – de 1% –, este afigura-se substancialmente inferior ao aumento observado ao nível do movimento global de mercadorias nos terminais concessionados deste porto, na ordem dos 13%.

No caso do porto de Aveiro, importa assinalar o facto de o movimento de mercadorias no Terminal Sul ter decaído no semestre em análise, cerca de 25%, implicando, por sua vez, uma redução das rendas portuárias auferidas pela respetiva administração portuária, no caso deste terminal. Não obstante, em termos globais, as receitas da administração portuária cresceram cerca de 7%, sendo esta evolução explicada pelo aumento das rendas relativas ao Serviço de Reboque, o qual decorre, sobretudo, do acerto na renda variável que, conforme previsto no contrato, é atualizada anualmente em função dos rendimentos obtidos pelo concedente.

Por fim, e no que concerne ao porto de Setúbal, importa assinalar que, no 1.º semestre de 2016, as receitas auferidas pela respetiva administração portuária cresceram 3%, refletindo, em parte, o aumento verificado ao nível do movimento de mercadorias nos terminais concessionados deste porto, de 7%. No porto de Setúbal, destaca-se o crescimento das receitas provenientes do Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal e do Terminal Multiusos Zona 2, na ordem dos 11% e 5%, respetivamente.

Quadro 8 – Receitas da administração portuária por concessão para o 1.º semestre de 2016 – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

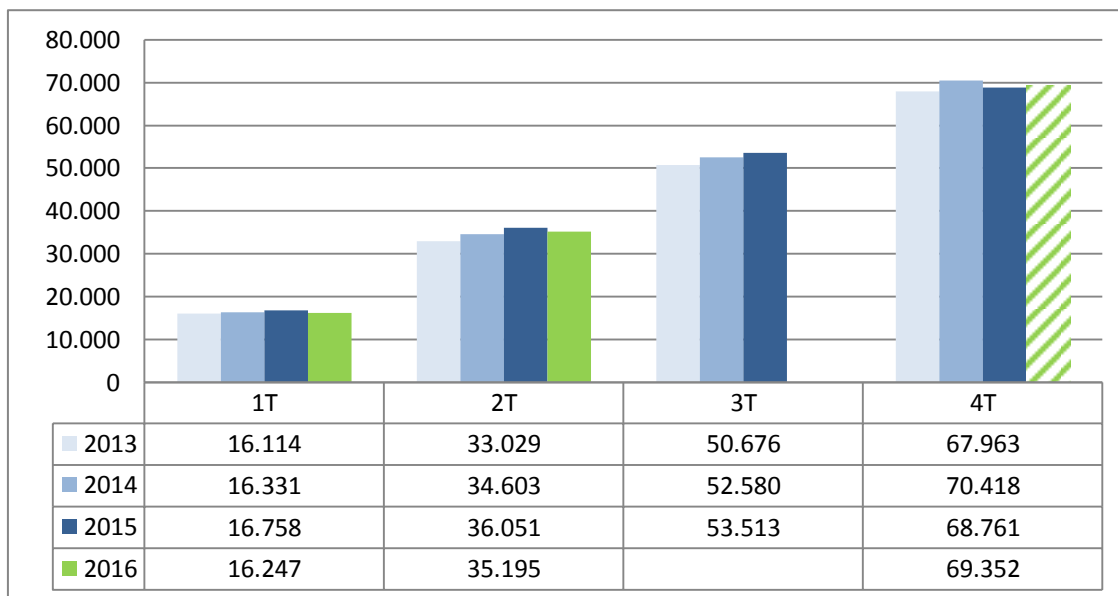
Setor Portuário	1S2016	Peso no Total (1S2016)	1S2015	Δ 1S2016 / 1S2015	2016 P	% Execução	% do Total
Douro e Leixões							
Terminal de Contentores de Leixões	9.427	27%	8.872	6%	15.785	60%	27%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	2.007	6%	2.027	-1%	3.687	54%	6%
Silos de Leixões	100	0%	93	7%	203	49%	0%
Terminal Produtos Petrolíferos	3.027	9%	3.295	-8%	6.308	48%	9%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0	0%	47	-100%	0	N/A	0%
Terminal Expedição de Cimento a Granel	331	1%	331	0%	664	50%	1%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	59	0%	54	10%	165	36%	0%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0	0%	14	-100%	27	0%	0%
Exploração Turística-Hoteleira	0	0%	257	-100%	0	N/A	0%
Exploração Restaurante e Bar	37	0%	37	0%	74	50%	0%
Marina de Gaia	5	0%	5	0%	11	50%	0%
Subtotal Douro e Leixões	14.992	43%	15.031	0%	26.925	56%	43%
Aveiro							
Terminal Sul Aveiro	169	0%	182	-7%	356	48%	0%
Serviço de Reboque Aveiro	85	0%	56	52%	113	75%	0%
Subtotal Aveiro	254	1%	238	7%	469	54%	1%
Lisboa							
Terminal de Contentores de Alcântara	1.028	3%	866	19%	2.668	39%	3%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	2.044	6%	3.105	-34%	6.476	32%	6%
Terminal Multipurpose de Lisboa	2.314	7%	1.825	27%	1.648	140%	7%
Terminal Multiusos do Beato	255	1%	694	-63%	971	26%	1%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	345	1%	453	-24%	673	51%	1%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	377	1%	431	-12%	799	47%	1%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	403	1%	405	0%	692	58%	1%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	384	1%	387	-1%	609	63%	1%
Terminal do Barreiro	57	0%	63	-9%	98	58%	0%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	143	0%	140	2%	252	57%	0%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	27	0%	21	29%	33	81%	0%
Subtotal Lisboa	7.378	21%	8.389	-12%	14.919	49%	21%
Setúbal							
Terminal Multiusos Zona 1	1.072	3%	1.090	-2%	2.232	48%	3%
Terminal Multiusos Zona 2	2.014	6%	1.915	5%	4.119	49%	6%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	208	1%	187	11%	401	52%	1%
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	81	0%	80	0%	147	55%	0%
Subtotal Setúbal	3.375	10%	3.272	3%	6.899	49%	10%
Sines							
Terminal Contentores de Sines XXI	2.150	6%	2.084	3%	6.125	35%	6%
Terminal Multipurpose de Sines	2.255	6%	2.263	0%	4.544	50%	6%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	221	1%	210	5%	401	55%	1%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	436	1%	429	2%	802	54%	1%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	4.134	12%	4.134	0%	8.268	50%	12%
Subtotal Sines	9.196	26%	9.120	1%	20.140	46%	26%
Total	35.195	100%	36.050	-2%	69.352	51%	100%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No *Gráfico 2* seguinte apresenta-se a evolução das receitas das administrações portuárias relativas às concessões dos portos em análise, em termos acumulados, por trimestre desde 2013, bem como os valores orçamentados para 2016.

Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2013 a 2016

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2016 corresponde ao valor total orçamentado para 2016.

4. Anexos

Quadro 9 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Águas do Algarve ⁽³⁾	2001	30	589
Águas do Norte ⁽³⁾	2015	30	2.003
Águas do Centro Litoral ⁽³⁾	2015	30	609
Águas de Lisboa e Vale do Tejo ⁽³⁾	2015	30	1.958
Águas de St.º André	2001	30	100
Águas Públicas Alentejo, S.A. ^(2 e 3)	2009	50	85
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽²⁾	2009	50	156
TOTAL			5.499

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2015.

⁽²⁾ Parcerias Estado-Autarquias.

⁽³⁾ Foram criados novos sistemas multimunicipais de abastecimento e saneamento. No seguimento do programa do XIX Governo, foram reorganizadas as operações do Grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras, passando as entidades agora reorganizadas a denominar-se Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo (sistema operado em regime de gestão delegada pela EPAL), Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve, as quais se encontram em atividade desde 30 de junho de 2015.

Quadro 10 – Identificação das concessões dos Resíduos

Concessões Resíduos	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Algar	1996	38	127
Amarsul	1997	37	116
Ersuc	1997	37	169
Resiestrela	2003	31	36
Resinorte	2009	25	167
Resulima	1996	38	26
Suldouro	1996	38	83
Valnor	2001	33	69
Valorlis	1996	38	56
Valorminho	1996	38	13
Valorsul	2010	24	352
Total			1.214

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 11 – Identificação das concessões no setor dos Portos

	Setor Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Invest.	
					Concessionária ¹ (milhões de euros)	Concedente ¹ (milhões de euros)
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	52	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	29	
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal Lda	2007	25	4	
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.	342
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.	
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.	
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25 ⁽²⁾	n.d.	
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.	
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portugalíia, SA	2000	20	n.d.	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	7	0
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2014	5	3	
Lisboa*	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1984	(3)	35	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2000	20	40	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda (4)	2015	6	7	
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	4	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3	416
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	87	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	2	
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	23	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	0	
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	0		
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	9	
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12	63
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	1995	25	10	
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	2003	25	4	
Sines	Terminal Contentores de Sines	PSA Sines - Terminais de Contentores, SA	1999	30	229	
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	83	
	Terminais Petrolero e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10+5	4	121
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	24	
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	68	
Total					745	941

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: (1) Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2015.

(2) O contrato foi prorrogado até 2017.

(3) O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3.03.2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

(4) No seguimento do concurso lançado pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 6 de abril último foi assinado um novo contrato de concessão, com a TSA Terminal de Santa Apolónia, Lda..

Quadro 12 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Concessões Energia - Gás Natural	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carricho / Pombal)	Transgás Armazenagem, S.A.	2006	40	15
Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	65
Distribuição Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, S.A.	2008	40	51
Distribuição Regional de Gás Natural do Sul	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	29
Distribuição Regional de Gás Natural do Norte	EDP Gás Distribuição, S.A.	2008	40	135
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	194
Receção e Armazenamento Subterrâneo Gás Natural (Carricho / Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	45
Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, S.A.	2008	40	18
Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, S.A.	2008	40	20
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	164
TOTAL				737

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 13 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Concessões Energia - Eletricidade	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	2.426
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2009	35	4.608
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar»	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	2
TOTAL				7.036

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 14 – Identificação da concessão Hídrica

Setor Hídrico	Concessionário	Ano Início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2008	79	335
Barragem Girabolhos	Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda.	2013	65 ⁽²⁾	10
Sistema Electroprodutor do Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70 ⁽²⁾	22
Total				367

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2015.

⁽²⁾ A contar a partir da data de entrada em exploração e não do início do contrato de concessão.

Quadro 15 – Identificação da concessão Aeroportuária

Concessões Aeroportuárias	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento (milhões de euros)
Concessão de aeroportos	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A	2012	50	n.d.

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE.

Quadro 16 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Setor Portuário	1T2016	2T2016	Peso no Total (2T)	2T2015	Δ 2T2016 / 2T2015		
Setúbal	Contentores	2.484	1.632	0%	1.753	-7%	
	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	Carga Geral e Granéis	424.403	490.592	2%	565.743	-13%
		Outros	8.625	7.831	0%	5.964	31%
		Subtotal	435.512	500.055	3%	573.460	-13%
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	Contentores	366.788	491.557	2%	323.822	52%
		Carga Geral + Outros	169.826	162.385	1%	196.350	-17%
		Subtotal	536.614	653.942	3%	520.172	26%
	Terminal de Granéis Sólidos (Sapac)	Granéis	180.157	244.693	1%	180.596	35%
	Terminal de Granéis Líquidos (Sapac)	Granéis	55.925	39.109	0%	40.458	-3%
		Subtotal Setúbal	1.208.208	1.437.799	7%	1.314.686	9%
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1.514.722	1.762.982	9%	1.473.860	20%	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	940.706	919.267	5%	911.258	1%	
	Silos de Leixões	171.137	176.108	1%	179.596	-2%	
	Terminal Produtos Petrolíferos	1.612.678	1.585.735	8%	2.091.731	-24%	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-	-	0%	-	N.A.	
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	12.140	18.267	0%	12.475	46%	
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	1.111	4.036	0%	4.946	-18%	
		Subtotal Douro e Leixões	4.252.494	4.466.395	23%	4.673.866	-4%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	387.161	238.835	1%	588.197	-59%	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	356.051	152.342	1%	446.478	-66%	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	263.912	141.535	1%	223.524	-37%	
	Terminal Multiusos do Beato	43.595	61.072	0%	96.295	-37%	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	146.814	120.598	1%	175.757	-31%	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	342.087	151.100	1%	337.831	-55%	
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	191.603	98.943	1%	132.057	-25%	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	278.482	174.070	1%	280.273	-38%	
	Terminal do Barreiro	155.838	93.064	0%	154.499	-40%	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	136.623	124.071	1%	182.655	-32%	
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-	-	-	-	N.A.	
	Subtotal Lisboa	2.302.166	1.355.630	7%	2.617.566	-48%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	124.191	133.843	1%	160.757	-17%	
		Subtotal Aveiro	124.191	133.843	1%	160.757	-17%
Sines	Terminal de Contentores (TXXI)	4.149.269	5.308.218	27%	4.731.174	12%	
	Terminal Multipurpose	1.805.911	1.007.050	5%	1.537.641	-35%	
	Terminal de Granéis Líquidos	5.066.199	5.964.730	30%	4.880.448	22%	
		Subtotal Sines	11.021.379	12.279.998	62%	11.149.263	10%
Total	18.908.438	19.673.665	100%	19.916.137	-1,2%		

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.

Nota: (!) Inclui carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos

Quadro 17 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 2.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Setor Portuário	1T2016	2T2016	Peso no Total (2T)	2T2015	Δ 2T2016 / 2T2015
Lisboa					
Terminal de Contentores de Alcântara - Liscont	36.103	20.062	3%	54.888	-63%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia- Sotagus	31.360	16.002	2%	41.660	-62%
Terminal Multipurpose de Lisboa - Operlis	29.478	-	0%	1.184	-100%
Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	222	17.327	3%	23.415	-26%
Terminal Multiusos do Beato- TMB	1.218	-	0%	4.056	-100%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo - ETE	-	858	0%	2.311	-63%
Terminal do Barreiro - Atlanport	-	-	0%	-	N.A.
Subtotal Lisboa	98.381	54.249	8%	127.514	-57%
Leixões					
TCL - Terminal De Contentores De Leixões, S.A.	158.251	179.264	27%	155.401	15%
Subtotal Leixões	158.251	179.264	27%	155.401	15%
Setúbal					
Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	197	151	0%	148	2%
Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	33.887	46.816	7%	30.855	52%
Subtotal Setúbal	34.084	46.967	7%	31.003	51%
Sines					
Terminal de Contentores (TXXI) - Sines	309.849	383.009	58%	397.608	-4%
Subtotal Sines	309.849	383.009	58%	397.608	-4%
Total	600.565	663.489	100%	711.526	-7%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.

Quadro 18 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º semestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Setor Portuário	1S2016	Peso no Total (1S2016)	1S2015	Δ 1S2016 / 1S2015	
Setúbal	Contentores	4.116	0%	3.727	10%
	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersac)				
	Carga Geral e Granéis	914.995	2%	1.017.518	-10%
	Outros	16.456	0%	12.477	32%
	Subtotal	935.567	2%	1.033.722	-9%
	Contentores	858.345	2%	611.823	40%
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOI)				
	Carga Geral + Outros	332.211	1%	383.174	-13%
	Subtotal	1.190.556	3%	994.997	20%
	Terminal de Granéis Sólidos (Sape Granéis)	424.850	1%	342.462	24%
Terminal de Granéis Líquidos (Sap Granéis)	95.034	0%	95.475	0%	
Subtotal Setúbal	2.646.007	7%	2.466.656	7%	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	3.277.704	8%	2.929.323	12%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	1.859.973	5%	1.914.119	-3%
	Silos de Leixões	347.245	1%	322.763	8%
	Terminal Produtos Petrolíferos	3.198.413	8%	3.911.452	-18%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-	0%	2.999	-100%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	30.407	0%	27.735	10%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	5.147	0%	6.275	-18%
	Subtotal Douro e Leixões	8.718.889	23%	9.114.666	-4%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	625.996	2%	1.139.338	-45%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	508.393	1%	903.213	-44%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	405.447	1%	335.453	21%
	Terminal Multiusos do Beato	104.667	0%	229.944	-54%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	267.412	1%	359.096	-26%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	493.187	1%	657.028	-25%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	290.546	1%	241.717	20%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	452.552	1%	596.791	-24%
	Terminal do Barreiro	248.902	1%	329.427	-24%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	260.694	1%	316.624	-18%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-	-	-	N.A
Subtotal Lisboa	3.657.796	9%	5.108.631	-28%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	258.034	1%	342.384	-25%
	Subtotal Aveiro	258.034	1%	342.384	-25%
Sines	Terminal de Contentores (TXXI)	9.457.487	25%	8.045.639	18%
	Terminal Multipurpose	2.812.961	7%	2.932.870	-4%
	Terminal de Granéis Líquidos	11.030.929	29%	9.634.199	14%
	Subtotal Sines	23.301.377	60%	20.612.708	13%
Total	38.582.103	100%	37.645.045	2%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.

Nota: (!) Inclui carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos.

Quadro 19 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º semestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Setor Portuário	1S2016	Peso no Total (1S2016)	1S2015	Δ 1S2016 / 1S2015	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara - Liscont	56.165	4%	105.636	-47%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia- Sotagus	47.362	4%	83.418	-43%
	Terminal Multiporpose de Lisboa - Operlis	29.478	2%	13.936	112%
	Terminal Multiporpose de Lisboa - TSA	17.549	1%	23.415	-25%
	Terminal Multiusos do Beato- TMB	1.218	0%	15.851	-92%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo - ETE	858	0%	5.192	-83%
	Terminal do Barreiro - Atlanport	-	0%	-	N.A.
Subtotal Lisboa	152.630	12%	247.448	-38%	
Leixões	TCL - Terminal De Contentores De Leixões, S.A.	337.515	27%	307.793	10%
	Subtotal Leixões	337.515	27%	307.793	10%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	348	0%	277	26%
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	80.703	6%	57.358	41%
	Subtotal Setúbal	81.051	6%	57.635	41%
Sines	Terminal de Contentores (TXXI) - Sines	692.858	55%	676.955	2%
	Subtotal Sines	692.858	55%	676.955	2%
Total	1.264.054	100%	1.289.831	-2%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.